



**RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL E PEDIDO DE ANULAÇÃO DO CERTAME**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2023**

**Objeto: Registro de preço visando eventual e futura Prestação de serviços de publicação institucional e de atos oficiais da Administração Municipal, em jornal de circulação regional, pelo período de 12 (doze) meses.**

**EMPRESA IMPUGNANTE:** W&M PUBLICIDADE LTDA., inscrita no CNPJ / MF sob o nº:  
01.527.405/0001-45

**I- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE:**

1.1 A Impugnante alega que:

*" O edital em questão prevê a contratação global de serviços de publicidade legal e publicidade institucional, o que contraria o disposto na Lei n.º 12.232/2010.*

*(...)*

*A contratação global de serviços de publicidade institucional e legal não permite a devida análise e avaliação específica de cada tipo de serviço, comprometendo a transparência e a eficiência da contratação.*

1.2. Informa que a publicidade institucional é regida pela Lei 12.232/2020 e demanda de contratação de profissionais capazes de criar e desenvolver conteúdos para, posteriormente disponibilizar aos veículos de comunicação, diferentemente da publicidade oficial, regidas pelas leis de Licitações, que tem por objetivo somente a divulgação dos avisos de licitações promovidos pelo Município de Bocaina de Minas.



1.3. Por fim solicita a alteração do edital com a separação dos itens para possibilitar a participação de empresas que atuam na divulgação e publicação de matérias legais.

## **II - DA RESPOSTA**

2.1. Analisando as alegações da impugnante, verifica-se que de fato a mesma possui razão, visto que a publicação de atos oficiais e publicação institucional são serviços diferentes e não deveriam estar aglomerados em um mesmo item.

2.2. O objetivo do município de Bocaina de Minas é contratar somente o espaço em jornal de circulação regional para as publicações dos atos oficiais e institucionais do Município, contudo, de fato, foram previstas no item 6.13.14 do Termo de Referência cláusulas que criam obrigações que são regidas pela Lei 12.232/2010. O item 6.13.14 do Termo de Referência prevê o seguinte:

*6.3.14 - Para cobertura de solenidades e em ocasiões especiais, a contratante poderá requisitar a presença no município da equipe de jornalismo (reportagem) da contratada, devendo entrar em contato com a mesma com uma antecedência mínima de 3 (três) dias. Nesse caso, ficará a cargo da contratada a responsabilidade pela elaboração dos textos e fotografias, que deverão ser aprovados pela equipe de fiscalização da Prefeitura Municipal antes de serem publicados.*

2.2. A Lei 12.232/2010, possui o seguinte conceito sobre publicidade:

*Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.*



2.4. Em análise à obrigação constante no item 6.3.14 do Termo de Referência e o conceito de publicidade previsto no dispositivo legal acima, é possível concluir que a parte do serviço que se busca contratar pelo Município se encaixa no conceito de publicidade previsto na lei 12.232/2010, tendo em visto que atribuiu à Contratada *“a responsabilidade pela elaboração dos textos e fotografias, que deverão ser aprovados pela equipe de fiscalização da Prefeitura Municipal antes de serem publicados”*

2.5. Diante do exposto, assiste razão À Impugnante, estando o certame eivado de vício em seu processamento, devendo ser anulado, nos termos do item 19.4 do Edital, da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, e Sumula 473 do STF e enviado novamente ao Setor Requisitante para análise das necessidades da Administração e demandado um novo processo de acordo as leis que regem a matéria.

### **III - DA DECISÃO.**

Por todo o exposto, decidimos à luz do ordenamento jurídico, julgar procedente a impugnação interposta pela empresa W&M PUBLICIDADE LTDA, e solicitar ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal ANULAÇÃO DO CERTAME o certame, nos termos do item 19.4 do Edital, da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, e Sumula 473 do STF, tendo em vista erro em seu processamento.

Bocaina de Minas, 31 de julho de 2023.

**Gilmar de Oliveira Barbosa Arantes**  
**Pregoeiro**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

### **TERMO DE ANULAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2023**

**Objeto: Registro de preço visando eventual e futura Prestação de serviços de publicação institucional e de atos oficiais da Administração Municipal, em jornal de circulação regional, pelo período de 12 (doze) meses.**

Após tomar conhecimento da Impugnação apresentada pela Empresa W&M PUBLICIDADE LTDA, bem como da análise efetuada pelo Pregoeiro, corroboro com o entendimento adotado, e ANULO o certame em referência, nos termos do item 19.4 do Edital, da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, e Sumula 473 do STF, tendo em vista erro em seu processamento, de acordo com pedido de anulação apresentado.

Bocaina de Minas, 31 de julho de 2023.

Luzimar de Moura Benfica  
Prefeito Municipal de Bocaina de Minas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas. Extrato de anulação de licitação. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2023. PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2023. Objeto: Registro de preço visando eventual e futura Prestação de serviços de publicação institucional e de atos oficiais da Administração Municipal, em jornal de circulação regional, pelo período de 12 (doze) meses. Tendo em vista a acolhimento de impugnação ao edital, ANULO o certame em referência, nos termos do item 19.4 do Edital, da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, e Sumula 473 do STF, tendo em vista erro em seu processamento. Termo de anulação na íntegra disponível no site. <https://www.bocainademinas.mg.gov.br/arquivos/editais-2023/>. Bocaina de Minas, 31 de julho de 2023, Luzimar de Moura Benfica. Prefeito Municipal